

PELA MANHÃ DEPOIS DA INFÂNCIA: A UTOPIA COMO FIM DE SI

WAGNER APARECIDO DA SILVA*

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Cuiabá, MT, Brasil.

Recebido em: 5 dez. 2025. Aceito em: 6 fev. 2026.

Como citar este artigo: SILVA, W. A. da. Pela manhã depois da infância: a utopia como fim de si. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 26, n. 1, p. 13-29, jan./abr. 2026. DOI: 10.5935/cadernosletras.v26n1p13-29

Resumo

O *fim da infância*, de Arthur C. Clarke (2021), rompe com o paradigma utópico tradicional ao deslocar o foco da narrativa para além da centralidade humana. A obra concebe a humanidade como etapa transitória em um processo evolutivo mais amplo, cujo desfecho exige sua superação. Nesse contexto, os Senhores Supremos não atuam como guias espirituais, mas como mediadores responsáveis por estabilizar a história e instaurar a suspensão necessária à metamorfose final. A paz global e a abundância instauradas configuram um “deserto utópico”, frequentemente lido como estagnação, mas que o romance revela ser um

* E-mail: wagapsi@gmail.com
 <https://orcid.org/0009-0005-6469-7243>

casulo civilizacional: uma pausa gestacional que prepara o surgimento de uma consciência pós-humana integrada à Mente Cósmica. Assim, Clarke reformula a noção clássica de utopia, deslocando-a do plano político para o ontológico, em que a transformação da espécie se apresenta como condição para a emergência de formas superiores de existência.

Palavras-chave

Utopia. Arthur C. Clarke. Ficção científica.

INTRODUÇÃO: DA ILHA À CONSTELAÇÃO

Desde *Utopia*, de Thomas More (2005), o imaginário ocidental entende a utopia como espaço especulativo em que crítica social e projeção de mundos possíveis se entrelaçam. A ilha moreana, longe de ser apenas ideal regulador, funciona como gesto satírico: pela descrição da sociedade perfeita, evidencia as falhas estruturais da Inglaterra quinhentista e inaugura aquilo que Jameson (2021) chama de “impulso utópico”, tensão entre desejo de totalidade e inviabilidade histórica de realizá-la. Desde sua origem, portanto, a utopia opera como forma dupla, simultaneamente promessa e desmascaramento.

Com o tempo, essa ambiguidade se amplia. A literatura moderna, e especialmente a ficção científica, desloca a questão utópica da organização política para escalas civilizacionais e cosmológicas. É nesse cenário que *O fim da infância*, de Arthur C. Clarke (2021), assume papel singular ao deslocar o eixo da reflexão: o humano deixa de ser centro e passa a figurar como etapa transitória de um processo evolutivo mais amplo. Clarke dramatiza, em chave cósmica, o movimento que Foucault (1999, p. 229) descreve como “apagamento da figura humana enquanto medida de todas as coisas”.

A ordem instaurada pelos Senhores Supremos — paz global, abundância, ausência de guerra — não representa culminação civilizacional, mas intervalo preparatório. A interpretação de Cox-Strong (2024), que vê esse período como “deserto utópico” marcado por estagnação criativa, ainda se ancora em sensibilidade antropocêntrica. À luz da lógica narrativa, esse esvaziamento não indica decadência, mas incubação: trata-se de “suspensão histórica necessária para que outra forma de existência possa emergir” (Cox-Strong, 2024, p. 231).

O romance retoma, assim, o gesto utópico clássico apenas para reconduzi-lo a outra chave. Em vez de projetar o aperfeiçoamento humano, apresenta sua superação; em vez de arquitetar sociedade ideal, trata a humanidade como fase intermediária; em vez de organizar a utopia como ordenação racional, reinscreve-a como limiar evolutivo. Como sustenta Jameson (2021, p. 9), a ficção científica “reconfigura o horizonte do possível ao deslocar completamente o ponto de vista humano”, operação que estrutura o romance.

Nessa perspectiva, a utopia deixa de atuar como destino normativo e se converte em expressão de uma cosmologia de metamorfose. A Terra não é ponto de chegada, mas fase de um processo universal, regido por forças que nem os próprios Senhores Supremos compreendem plenamente. Eles surgem como executores de diretrizes superiores, mediadores burocráticos de uma lógica evolutiva que os ultrapassa (Clarke, 2021).

Em síntese, *O fim da infância* transforma a utopia em chave ontológica. O que antes se configurava como ápice civilizacional torna-se momento limiar de uma espécie prestes a se dissolver em consciência pós-humana. Paz, abundância e aparente estagnação aparecem não como finalidade, mas como prenúncio: um silêncio gestacional que antecede a integração da humanidade — já transfigurada — ao tecido cósmico.

UTOPIA E ANTROPOCENTRISMO: O HOMEM DESTRONADO

A tradição utópica inaugurada por Thomas More (2005) funda-se sobre um humanismo estrutural. Em *Utopia*, o projeto político-social é concebido a partir da convicção de que o homem, dotado de racionalidade e perfectibilidade, constitui o centro e o fim da organização histórica. Ainda que irônica e crítica, a obra reafirma o protagonismo humano ao imaginar uma sociedade cujo aperfeiçoamento depende exclusivamente de sua própria capacidade de ordenar o mundo. Conforme observa More (2005), trata-se de um modelo que opera sempre “para o bem comum”, construído pela ação deliberada de sujeitos capazes de reger a si mesmos. Assim, durante séculos, a utopia permaneceu atrelada a um horizonte antropocêntrico, no qual o humano figura simultaneamente como agente, medida e destino da história.

Essa matriz também orienta parte da recepção crítica de *O fim da infância*, sobretudo em leituras que compreendem a abundância instaurada

pelos Senhores Supremos como ameaça à vitalidade criadora da humanidade. Cox-Strong (2024), por exemplo, ao analisar os regimes de utopia e controle, argumenta que a eliminação do conflito conduz à apatia, produzindo uma civilização estagnada. De inspiração hegeliano-marxista, essa interpretação sugere que a supressão da contradição histórica implica o esgotamento da própria dinâmica que impulsiona o desenvolvimento humano. Nessa chave, a paz universal instaurada por Clarke (2021) equivaleria a um estado de suspensão improdutiva, um cenário em que a humanidade, privada de tensão, perde sua capacidade de transformar-se.

Arthur C. Clarke (2021), porém, desloca radicalmente essa lógica ao abandonar qualquer suposição de centralidade humana. O romance não descreve uma utopia falha, tampouco um paraíso corroído pela passividade. Ele introduz, ao contrário, uma cosmologia na qual a humanidade não é ponto de chegada, mas simples elo intermediário em um processo cujo sentido excede a própria espécie. A intervenção dos Senhores Supremos revela que o destino humano não é autogerido: trata-se de um fenômeno submetido a forças evolutivas cuja escala ultrapassa o horizonte terrestre. Como afirma Clarke (2021, p. 205), os alienígenas “não servem aos homens, mas a um propósito que os homens não podem conceber”. Nesse movimento, a agência humana é redefinida não como capacidade de domínio, mas como contribuição involuntária a uma metamorfose maior.

Essa perspectiva literária tangencia, de modo ficcional, o diagnóstico foucaultiano acerca da historicidade da categoria “homem”. Foucault (1999, p. 536) observa que o sujeito moderno é uma construção recente, fadada a desaparecer “como um rosto de areia apagado pela última onda”. Clarke (2021) dá forma narrativa a essa previsão: o humano deixa de ser fim teleológico e torna-se veículo de um processo evolutivo que o ultrapassa. Não há declínio, mas transmutação; não há colapso, mas dissolução de fronteiras. Assim, o romance realiza o que Jameson (2021) identifica como gesto central da ficção científica: a capacidade de “deslocar o presente através do estranhamento do futuro”, expondo a fragilidade das categorias com que a modernidade pensa a si mesma.

Nessa chave, a estagnação aparente vivida sob o domínio benigno dos Senhores Supremos pode ser reinterpretada. Aquilo que, sob o prisma humanista, surge como diminuição — a perda do sofrimento, do conflito, da individualidade — converte-se, na perspectiva cósmica, em incubação. Trata-se de uma pausa ontológica que prepara o advento de uma consciência pós-humana,

conforme o romance revela. A humanidade, em vez de desperdiçar seu potencial, revela-se gestante de uma forma de existência mais integrada, mais ampla e mais capaz de operar em escala universal.

Ao destituir o homem de seu pedestal, Clarke (2021) desestabiliza o núcleo humanista da utopia. O romance desloca a discussão para além do campo político-social, reorganizando-a em termos ontológicos. O humano deixa de ser referência normativa e perde sua condição de centro. À luz dessa cosmologia, o fracasso não é fracasso — é etapa. A utopia não representa ápice civilizacional, mas limiar evolutivo: porta de passagem para o que ainda não possui nome. Em *O fim da infância*, o futuro não pertence ao homem; nasce precisamente do seu desaparecimento.

OS SENHORES SUPREMOS E A SUSPENSÃO DA HISTÓRIA: OS SENHORES DO SILÊNCIO

A presença dos Senhores Supremos em *O fim da infância* funciona como mecanismo de desestabilização do antropocentrismo, deslocando o humano para uma posição transitória em um processo evolutivo que o ultrapassa. Longe de figuras soteriológicas ou tirânicas, Clarke (2021) os apresenta como administradores de um projeto cuja autoria não dominam. Karellen reconhece que sua função é “simplesmente executar aquilo que lhes foi ordenado” (Clarke, 2021, p. 190), revelando que, mesmo dotados de capacidades incomparáveis às humanas, ocupam lugar intermediário em uma hierarquia cósmica cuja lógica permanece opaca.

Essa condição administrativa define o cerne da intervenção alienígena. Os Senhores Supremos não salvam nem punem a humanidade: apenas medeiam uma racionalidade superior encarregada de preparar o surgimento de outra forma de consciência. A formulação de Jameson (2021, p. 286), segundo a qual a ficção científica projeta futuros em que “o humano aparece menos como destino e mais como intervalo”, sintetiza sua função no romance. O objetivo não é instaurar uma utopia social, mas garantir o limiar de uma metamorfose ontológica.

A paz e a abundância que instauram não representam progresso civilizacional. A estabilização global suspende a dialética histórica: o desenvolvimento técnico perde densidade cultural, a criatividade declina, a arte entra em recesso

e a imaginação coletiva se esgota. Clarke (2021, p. 112) explicita essa dinâmica ao afirmar que, “sem tensões, a humanidade cessou de crescer”. O desaparecimento do conflito, entendido por tradições hegelianas como força motriz do espírito, transforma-se em anestesia estrutural.

Essa suspensão não é castigo, mas requisito para o processo cósmico em curso. Suvin (2016, p. 49) recorda que utopias na ficção científica operam “por aceleração ou congelamento”, e Clarke escolhe o congelamento: a humanidade é colocada em estado de incubação. O que parece decadência cultural configura, na verdade, um “deserto utópico” destinado a preparar o salto evolutivo.

A lógica do romance sugere que, ao atingir seus limites históricos, o humano precisa ser paralisado para permitir a emergência de uma forma superior de existência. Os Senhores Supremos asseguram que essa transição ocorra sem destruição — especialmente diante da ameaça nuclear que marca o imaginário da Guerra Fria. Sua presença impede que a humanidade encerre sua trajetória de modo abrupto, não para preservá-la como projeto, mas para garantir que seu desaparecimento aconteça no momento adequado.

Assim, os Senhores Supremos funcionam como “senhores do silêncio”: instauram uma quietude que retira o drama histórico e extingue a tragédia. A humanidade, sem guerra ou contradições, entra em suspensão. Esse silêncio, longe de vazio, configura preparação. A utopia que instauram não expressa culminância civilizacional; marca o ponto exato em que a humanidade começa a deixar de ser humana.

Eles não são deuses nem ditadores, mas administradores da transição. Executam, com precisão impessoal, a tarefa de conduzir a espécie ao seu fim como forma histórica. Ao suspenderem o tempo humano e abrirem outro regime temporal, garantem o amadurecimento da consciência destinada a integrar-se ao cosmos. A intervenção alienígena revela que, no universo de Clarke, a evolução não se organiza por ápices, mas por superações sucessivas. Sua função, silenciosa e burocrática, é estrutural: assegurar que a humanidade cumpra seu destino, não como fracasso, mas como passagem.

VISÃO HUMANA E VISÃO ALIENÍGENA: TENSÕES EPISTÊMICAS E HIERARQUIAS DO OLHAR CÓSMICO

A tradição ocidental consolidou a ideia de que a humanidade representa o ápice da criação e o ponto culminante da evolução. A partir de paradigmas

iluministas e positivistas (Hall, 2006), firmou-se a crença em um progresso linear, autossuficiente e centrado no humano. *O fim da infância*, de Arthur C. Clarke, rompe esse modelo ao evidenciar a desproporção entre a escala humana e a ordem cosmológica que estrutura o romance. O narrador observa que “não era a Terra que importava, mas aquilo em que ela poderia se transformar” (Clarke, 2021, p. 205), deslocando a humanidade de seu centro imaginado.

A chegada dos Senhores Supremos explicita esse abalo epistemológico. Inicialmente percebidos como onipotentes, eles funcionam como aquilo que Suvin (2016) denomina “estranhamento cognitivo”, mecanismo que retira o humano de sua posição de soberania perceptiva. A suposta supremacia desses seres decorre menos de poder absoluto que da ignorância humana. Clarke (2021) insiste que eles não agiam por iniciativa própria, mas executavam um papel definido por inteligências superiores. Portanto, não representam o ápice evolutivo, mas peças intermediárias de um projeto mais amplo, encarregadas de acompanhar, orientar e, se necessário, encerrar civilizações.

Essa virada expõe o contraste entre a visão limitada do humano e a visão ampliada dos alienígenas. A perspectiva humana, condicionada por temporalidades curtas e categorias culturais fragmentárias (Koselleck, 2006), apreende apenas a superfície dos fenômenos. Já os Senhores Supremos detêm uma visão panorâmica da evolução terrestre: “conheciam o destino da humanidade muito antes que ela própria o pressentisse” (Clarke, 2021, p. 173). Contudo, essa amplitude não implica soberania plena. Eles reconhecem seus limites ao afirmarem que estão “proibidos de avançar além de certos pontos”, porque operam como intermediários submetidos a uma espécie ainda mais avançada (Clarke, 2021, p. 188).

A intervenção alienígena adquire, assim, caráter administrativo, não colonial. A Terra faz parte de uma série de civilizações monitoradas, “não sendo a primeira nem a última” nesse processo (Clarke, 2021, p. 186). A lógica que rege essa intervenção aproxima-se das grandes narrativas teleológicas da ficção científica, nas quais o valor de uma civilização não deriva de sua autopercepção, mas de seu papel em uma história cósmica mais ampla (Jameson, 2021, p. 286). A humanidade não conduz o próprio destino: é conduzida por forças que excedem sua compreensão e por agentes que tampouco detêm a palavra final (Lovelock, 1988; Rose, 1994).

Dessa tensão entre perspectivas emerge uma cosmologia estratificada. Clarke (2021) apresenta o universo como sistema de inteligências hierarquizadas, cada qual subordinada à seguinte, impossibilitando qualquer fixação de

um ápice definitivo. O antropocentrismo não é simplesmente relativizado: é desmantelado por uma visão em que humanos, alienígenas e entidades transcendentais participam de uma lógica maior, parcialmente enigmática, mas ontologicamente determinante (Suvin, 2016; Jameson, 2021).

ESTAGNAÇÃO COMO GESTAÇÃO: O CASULO DO MUNDO

A estagnação cultural que se instala em *O fim da infância* constitui um dos momentos mais decisivos da crítica de Arthur C. Clarke ao imaginário antropocêntrico. Cox-Strong (2024) observa que, após a eliminação do sofrimento e da necessidade material, a arte e a ciência perdem seu impulso, e a cultura entra em um “silêncio estéril”. O diagnóstico sugere decadência: um mundo que, ao eliminar o conflito, teria também eliminado sua vitalidade criativa.

O romance, porém, oferece outra leitura. A suspensão da criatividade não representa colapso, mas culminância. Clarke (2021, p. 158) afirma que “nenhuma cultura pode crescer para sempre; chega inevitavelmente o momento em que ela esgota suas possibilidades”. A quietude que domina a Terra revela que a humanidade alcançou o limite estrutural de sua forma de consciência. O silêncio não é sinal de morte, mas de metamorfose: um casulo que encerra a forma humana para permitir o surgimento de outra configuração de existência.

Essa perspectiva aproxima Clarke de Ernst Bloch. Em *O princípio esperança*, Bloch (2005) descreve o “ainda-não-consciente” como força que orienta toda utopia autêntica para aquilo que ainda germina, mas permanece velado. Nesse sentido, a imobilidade identificada por Cox-Strong (2024) não marca o fim, mas a preparação de um salto ontológico. O silêncio cultural é terreno de gestação, não de esgotamento.

A dimensão cosmológica do romance também impede que a utopia seja lida como horizonte estático. Jameson (2021, p. 15) argumenta que “a utopia não é um conteúdo, mas uma força disruptiva” que expõe os limites históricos de cada forma social. Em Clarke (2021), a ruptura não é apenas histórica: é ontológica. A humanidade não atinge seu ápice; atinge seu limite. A transição não projeta uma sociedade mais aperfeiçoada, mas uma forma de consciência que ultrapassa o próprio humano e se integra ao cosmos.

Esse movimento redefine o papel dos Senhores Supremos. Embora pareçam oniscientes, eles próprios admitem ser apenas “executores de tarefas que

não compreendem por inteiro” (Clarke, 2021, p. 190). Não conduzem a humanidade à perfeição; administram sua dissolução como forma histórica. Funcionam como mediadores burocráticos de um projeto que os ultrapassa e cuja finalidade é preparar o terreno para o advento de outra consciência.

Assim, o “deserto utópico” percebido pelos personagens — paz sem arte, abundância sem criação, estabilidade sem desejo — constitui fase necessária do processo evolutivo. A estagnação torna-se produtiva: produz silêncio para que outra forma de existência possa emergir. O romance demonstra que todo projeto civilizacional possui um limite e que a utopia, em Clarke, marca o limiar no qual a forma humana se desfaz para dar lugar ao novo.

O resultado é uma redefinição completa do conceito de utopia: não ápice, mas fronteira; não perfeição, mas incubação; não chegada, mas transformação. A estagnação é casulo — e o casulo, início de outro mundo.

A UTOPIA COMO LIMIAR ONTOLÓGICO: O LIMIAR DAS ESTRELAS

Na tradição ocidental, a utopia foi associada a um horizonte político de aperfeiçoamento humano, sustentado pela crença iluminista e positivista de que o progresso decorre da agência racional. Em *O fim da infância*, Arthur C. Clarke desloca essa matriz ao inscrever a utopia em uma escala cosmológica na qual o humano deixa de ser sujeito histórico e torna-se material transitório de um processo superior. Jameson (2021, p. 15) observa que a utopia funciona como “imaginário crítico que revela os limites históricos do possível”. Clarke (2021) radicaliza essa formulação ao mostrar que o limite, aqui, não é histórico, mas ontológico.

A paz instaurada pelos Senhores Supremos não representa a realização de um ideal político, mas um dispositivo evolutivo. A abundância, a estabilidade e o fim do conflito produzem um “deserto utópico”, marcado pela suspensão da criatividade e da tensão que impulsionam a cultura humana. O narrador destaca que “a humanidade havia atingido um equilíbrio que jamais conquistaria por si mesma” (Clarke, 2021, p. 109). Esse equilíbrio artificial opera como etapa de incubação, não como destino.

A utopia clarkeana, portanto, não aperfeiçoa o humano: prepara sua superação. A espécie torna-se estado larval, casulo em processo de esgotamento. Os Senhores Supremos, longe de entidades soteriológicas, surgem como

mediadores burocráticos de uma ordem maior, “guardiões, e não senhores do destino” (Clarke, 2021, p. 188). Sua função é administrativa, não salvífica. Essa reconfiguração aproxima Clarke do que Suvin (2016) define como “transformação cognitiva”, ao deslocar paradigmas antropocêntricos e reorganizar o horizonte do pensável.

Se a utopia clássica é projeto humano, a utopia cosmológica de Clarke dissolve esse fundamento. O humano deixa de ocupar a posição de ápice evolutivo e passa a figurar como estágio efêmero em uma teleologia que transcende sua compreensão. O romance afirma que “nenhum homem podia entender o destino da espécie, pois ele não se destinava a homens” (Clarke, 2021, p. 203). O futuro, assim, não é realização histórica, mas superação da própria humanidade.

Nesse contexto, a estagnação cultural e espiritual assume função estruturante. O imobilismo não sinaliza decadência, mas limiar ontológico: a fronteira em que o humano começa a se desfazer para dar lugar ao novo. A suspensão do conflito constitui um processo de gestação, consonante com o que Braidotti (2013) descreve como “transição pós-humanista”, etapa em que o sujeito deixa de ser unidade autônoma para integrar uma rede mais ampla de forças.

Clarke, assim, não imagina uma sociedade perfeita, mas um momento de transfiguração. A utopia não encerra a história; inaugura sua ultrapassagem. Ao atingir o ápice de sua “infância cósmica”, a humanidade dissolve-se para que outra forma de existência — coletiva, telepática, integrada ao cosmos — possa emergir. Como declara o romance, “as crianças eram agora o que a humanidade sempre se preparara para ser” (Clarke, 2021, p. 210). A utopia deixa de ser projeto político e se converte em passagem ontológica, limiar das estrelas em que o humano se desfaz e outra realidade, maior e ainda indizível, começa a nascer.

A ÚLTIMA INFÂNCIA DA HUMANIDADE

Em *O fim da infância*, Arthur C. Clarke desmonta a ideia antropocêntrica de evolução ao mostrar uma humanidade conduzida a uma era de ouro apenas para ser ultrapassada por uma forma pós-humana de existência. O aparente paradoxo entre a intervenção benéfica dos Senhores Supremos e o subsequente declínio humano é, na verdade, parte da lógica cosmológica do romance.

Como afirma Clarke (2021, p. 186), “a humanidade não estava sendo aperfeiçoada, mas preparada”, síntese da teleologia que orienta toda a narrativa.

No plano biológico e evolutivo, Clarke deixa claro que os Senhores Supremos não promovem a transformação humana; apenas a administram. Embora dotados de inteligência superior, eles alcançaram um limite evolutivo intransponível e vivem em estagnação permanente. A humanidade, ao contrário, possui um potencial que lhe é vedado: a possibilidade de integrar-se à Mente Cósmica, estágio de consciência coletiva muito além do humano. A metáfora da “crisálida” (Clarke, 2021, p. 172) indica que o desenvolvimento em curso não é civilizacional, mas ontológico, marcado por metamorfose e não por aperfeiçoamento moral.

No plano socioespiritual, a utopia instaurada pelos alienígenas assume função estritamente instrumental. Paz, abundância e estabilidade não constituem ideal político, mas condição necessária para o surgimento das primeiras crianças pós-humanas. Qualquer instabilidade poderia comprometer o processo. Clarke configura a Terra como um ambiente controlado, um “berçário” evolutivo no qual o ruído social é reduzido para permitir o amadurecimento da nova espécie. Jameson (2021) observa que utopias estáveis produzem “potencial e exaustão”, dualidade que Clarke radicaliza: a utopia não culmina na história humana, apenas a suspende para que outra possa emergir.

No plano cosmológico, esse “deserto utópico” corresponde à fase final da espécie. Privada de conflito e impulso criador, a humanidade entra em suspensão até que as crianças telepáticas e telecinéticas inaugurem a transição para uma consciência coletiva. À medida que essa nova forma de existência se funde com a Mente Cósmica, cultura, ciência e memória humanas perdem relevância. O romance dramatiza aquilo que Foucault (1999) descreve como o “limiar de desaparecimento” das epistemes, momento em que o humano deixa de ser medida de si mesmo.

É nesse ponto que a aparente passividade dos Senhores Supremos revela seu verdadeiro sentido. Eles não abandonam a humanidade: simplesmente não podem acompanhá-la. Sua função encerra-se no instante em que a espécie atinge o limiar evolutivo. A dissolução da civilização não é punição, mas consequência de uma trajetória que se completa. Sua própria racionalidade, que More (2005) chamaria de “limite da forma humana”, não representa o ápice cósmico, mas uma etapa intermediária em um universo em transformação permanente. A utopia terrestre, assim, não é ápice, mas fronteira.

Clarke apresenta, portanto, uma humanidade que não protagoniza seu destino, mas o atravessa. A utopia é recodificada como pausa gestacional e a evolução, como substituição, não como progresso. Ao conduzir a humanidade até o limiar que nem os Senhores Supremos podem transpor, Clarke revela que a infância humana termina quando ela deixa de ser humana.

EVANGELHO SEGUNDO OS SENHORES SUPREMOS

A aparição dos Senhores Supremos em *O fim da infância* funciona como dispositivo de desestabilização profunda, capaz de abalar tanto o imaginário religioso quanto o regime epistemológico que moldou, durante séculos, a relação do humano com o desconhecido. Quando revelam sua forma — alados, cornudos, de pele escura —, Clarke aciona um estranhamento radical: os seres encarregados de conduzir a humanidade à metamorfose final coincidem visualmente com a iconografia demoníaca da tradição cristã. O narrador observa que “a humanidade trouxera consigo essa imagem durante séculos, sem suspeitar de sua origem” (Clarke, 2021, p. 92), sugerindo que a demonologia bíblica deriva de ecos distorcidos de um encontro futuro. A Bíblia deixa de ser arquivo de revelação e torna-se vestígio de equívocos interpretativos.

A inversão é central: a aparência demoníaca não indica maldade, mas a limitação humana diante de fenômenos que excedem sua escala cognitiva. Clarke mobiliza o repertório bíblico não para confirmá-lo, mas para expor sua insuficiência. Seres estranhos já existem na própria Bíblia na Versão Rei James (VRJ) — os serafins “com seis asas” (Isaías 6:2) ou as criaturas “cheias de olhos” do Apocalipse (Apocalipse 4:6). A tradição interpretou essas figuras como mensageiros divinos; Clarke subverte o mecanismo ao apresentar emissários que não anunciam pactos nem oferecem salvação, mas apenas cumprem uma função evolutiva que não dominam inteiramente. Com isso, o romance remove do imaginário religioso sua autoridade hermenêutica.

A reação humana confirma o diagnóstico foucaultiano de que o homem moderno é uma figura instável, “apagada pela última onda” (Foucault, 1999). A humanidade projeta nos alienígenas os temores de sua própria cultura, confundindo aparência com essência. O romance dramatiza esse fracasso interpretativo e denuncia o esgotamento da hermenêutica religiosa diante da alteridade radical. A própria VRJ reconhece essa limitação: “Agora vemos como por um

espelho, obscuramente” (1 Coríntios 13:12). Clarke reaproveita essa intuição ao mostrar que os símbolos demoníacos eram imagens turvas de um futuro impossível de traduzir enquanto o humano permanecesse humano.

O romance também ironiza a tradição apocalíptica. Na Bíblia, o fim é julgamento; em Clarke, é metamorfose. A dissolução humana não é punição, mas superação. Aqui, Clarke aproxima-se de Bloch (2005), para quem a esperança autêntica aponta para o “ainda-não”. No romance, o humano deve ser ultrapassado para que o “ainda-não” se manifeste como espécie pós-humana integrada à Mente Cósmica. O fim torna-se revelação de possibilidades que a humanidade nunca poderia conceber dentro de seus próprios limites.

Esse movimento também redefine o conceito de utopia. Jameson (2021) afirma que a utopia revela os limites do presente. Clarke amplia essa operação ao transformar a utopia em dinâmica ontológica. A paz instaurada pelos Senhores Supremos — abundância, ausência de guerra — não é ápice civilizacional, mas suspensão. Cox-Strong (2024) a descreve como “deserto utópico”: um mundo estabilizado não para florescer, mas para incubar. Em Clarke, essa estagnação não é decadência, mas maturação — um casulo evolutivo.

A suspensão da história marca o esgotamento da forma humana: “Nenhuma cultura pode crescer para sempre” (Clarke, 2021, p. 158). No limite, a humanidade torna-se crisálida. A imagem bíblica da substituição do antigo pelo novo (Hebreus 8:13) ilumina esse processo, assim como a transformação de “corruptível em incorruptível” (1 Coríntios 15:53). A transição cósmica de Clarke ecoa essas estruturas sem preservar seus sentidos teológicos: a metamorfose é biológica, psíquica e ontológica, não espiritual.

O papel dos Senhores Supremos, nesse cenário, torna-se claro. Apesar de sua aparência aterradora, eles admitem ser apenas “executores de tarefas que não compreendem por inteiro” (Clarke, 2021, p. 190). São figuras intermediárias subordinadas a inteligências superiores. A hierarquia cósmica — humanidade, Senhores Supremos, Mente Cósmica — opera, como afirma Suvin (2016), por estranhamento cognitivo: revela que nenhum estágio é final. O humano não é culminância, mas etapa.

Clarke desmonta o humanismo ao mostrar que a espécie não controla o próprio destino. Hall (2006) lembra que a modernidade construiu o sujeito autônomo; Clarke responde revelando a fragilidade dessa construção. A iconografia demoníaca reforça essa crítica ao evidenciar que o humano sempre interpretou o mundo por projeção. A demonologia é reinterpretada como arquivo de mal-entendidos culturais, não como expressão de um mal transcendente.

A VRJ confirma essa limitação: “Não julgueis segundo a aparência” (João 7:24). Clarke dramatiza esse preceito ao mostrar que os humanos falham justamente por julgarem apenas pelas aparências. A figura demoníaca torna-se epifania: revela a origem cultural do medo e a incapacidade humana de ler o desconhecido.

Assim, Clarke reinventa o imaginário apocalíptico. O fim não é catástrofe moral, mas transfiguração ontológica. “As coisas antigas já passaram” (Apocalipse 21:4) adquire novo sentido: não purificação, mas substituição evolutiva. A Mente Cósmica ocupa o lugar do Deus antropomórfico como horizonte de totalidade. A consciência individual dissolve-se em consciência coletiva cósmica.

A coincidência iconográfica torna-se chave interpretativa do romance: ela expõe a insuficiência da religião, o limite da cultura humana, o descentramento radical do humano e a passagem da utopia política para a metamorfose ontológica. Paradoxalmente, o símbolo máximo do mal torna-se o anúncio de amadurecimento. Os Senhores Supremos não são agentes da queda, mas da transição.

Clarke reinscreve o humano em temporalidade ampliada: a história deixa de narrar progresso e passa a narrar substituição. A humanidade é infância — provisória e destinada ao desaparecimento. “A humanidade não estava sendo aperfeiçoada, mas preparada” (Clarke, 2021, p. 186). Preparada não para agir, mas para ceder lugar ao que virá.

A demonologia bíblica, por fim, revela-se arquivo de pressentimentos mal traduzidos. A humanidade sempre teve sombras e ecos do destino que a aguardava — mas os interpretou como ameaça. Clarke sintetiza, assim, mito, ciência e metafísica para mostrar que o desconhecido nunca foi inimigo, mas passagem. O romance termina não com o fim do mundo, mas com sua aurora.

O fim não é fim; é aquilo que o humano, sem saber, sempre esperou.

CONCLUSÃO: A AURORA APÓS O FIM

O *fim da infância* redefine o paradigma utópico ao deslocar a reflexão para além da centralidade humana. Clarke rejeita qualquer teleologia antropocêntrica e reinscreve a humanidade em uma ordem cosmológica que determina sua função e seu limite. Como afirma o narrador, “nenhuma cultura pode crescer para sempre; chega inevitavelmente o momento em que ela esgota suas

possibilidades” (Clarke, 2021, p. 158). O romance não narra um fracasso, mas o cumprimento de um ciclo ontológico.

A revelação iconográfica que antes desorientava o olhar humano funciona como indício antecipado dessa lógica. Imagens associadas à ameaça — demônios, presságios, sinais apocalípticos — já apontavam para uma reorganização do imaginário humano. A conclusão não inaugura um sentido novo; apenas explicita o que sempre operou como latência: o fim não é ruptura, mas metamorfose.

A aparente estagnação cultural promovida pelos Senhores Supremos, comumente lida como decadência, ganha outro significado quando compreendida como intervalo formativo. Cox-Strong (2024) define o período como “um deserto utópico”, em que arte e ciência “perdem seu impulso” e a cultura mergulha em um “silêncio estéril”. Contudo, esse silêncio funciona como casulo. Trata-se de uma suspensão histórica que prepara a espécie para o salto ontológico que culminará na sua dissolução em outra forma de consciência.

Nesse ponto, Clarke aproxima-se de Bloch. O “*Noch-Nicht*”, ou “ainda-não-consciente”, expressa a dimensão utópica como potência latente (Bloch, 2005). A humanidade encarna esse estágio: não caminha rumo à continuidade, mas à superação. A esperança desloca-se do humano para aquilo que emerge após ele.

A reflexão foucaultiana sobre a finitude do sujeito moderno amplia esse quadro. Ao anunciar que o homem desaparecerá “como um rosto de areia apagado pela última onda”, Foucault (1999, p. 536) antecipa o colapso das categorias que sustentam a centralidade humana. Clarke dramatiza esse desaparecimento em escala cósmica: a humanidade não é destruída, torna-se obsoleta. A infância termina justamente quando o humano deixa de existir como tal.

Jameson (2021) observa que a ficção científica reconfigura o horizonte do possível ao deslocar o ponto de vista humano. Clarke realiza esse deslocamento ao revelar que nem homens nem Senhores Supremos ocupam o centro do cosmos. São etapas intermediárias de um processo evolutivo que converge para a Mente Cósmica, entidade que ultrapassa qualquer medida humana de existência.

Assim, a utopia configura-se como limiar ontológico, não como projeto político. Paz, abundância e estabilidade funcionam como dispositivos evolutivos que preparam o terreno para a metamorfose final. A história humana não termina; é suspensa para que outra história — não humana — possa emergir.

Em síntese, Clarke desmonta a utopia como destino humano e a reinscreve como transição. O humano não é ápice, mas prenúncio: estágio larval de uma consciência maior. Sua dissolução marca não o fim, mas a aurora de outra forma de existência. A utopia, enfim, torna-se a fronteira em que o humano se desfaz para que algo radicalmente novo possa nascer.

The morning after childhood: utopia as the end of the self

Abstract

Childhood's End, by Arthur C. Clarke, breaks the traditional utopian paradigm by shifting the narrative focus beyond human centrality. The work conceives humanity as a transitional stage within a broader evolutionary process, whose culmination requires its transcendence. In this context, the Overlords do not function as spiritual guides but as mediators responsible for stabilizing history and establishing the necessary suspension for the final metamorphosis. The global peace and abundance they introduce constitute a “utopian desert,” often interpreted as stagnation, yet the novel reveals it to be a civilizational cocoon: a gestational pause that prepares the emergence of a post-human consciousness integrated with the Cosmic Mind. Thus, Clarke reconceptualizes the classical notion of utopia, displacing it from the political to the ontological realm, where the transformation of the species emerges as a prerequisite for the rise of superior forms of existence.

Keywords

Utopia. Arthur C. Clarke. Science fiction.

REFERÊNCIAS

BLOCH, E. *O princípio esperança*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

BRAIDOTTI, R. *The posthuman*. Cambridge: Polity Press, 2013.

CLARKE, A. C. *O fim da infância*. Tradução Fábio Fernandes. São Paulo: Aleph, 2021.

COX-STRONG, J. Utopian wasteland: abundance, futurity, and the Golden Age in Arthur C. Clarke's *Childhood's End*. *Revenant*, v. 10, p. 223-242, 2024. Disponível em: <https://www.revenantjournal.com/wp-content/uploads/2024/03/13-Utopian-Wasteland-.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2025.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. Tradução Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JAMESON, F. *Arqueologias do futuro: o desejo chamado utopia e outras ficções científicas*. Tradução Carlos Pissardo. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

KING JAMES BIBLE. King James Version. Cambridge: Cambridge University Press, 1769.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LOVELOCK, J. *The Ages of Gaia*. New York: Norton, 1988.

MORE, T. *Utopia*. Tradução Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ROSE, H. *Love, power and knowledge: towards a feminist transformation of the sciences*. Bloomington: Indiana University Press, 1994.

SUVIN, D. *Metamorphoses of science fiction: on the poetics and history of a literary genre*. Bern: Peter Lang, 2016.